



Passarinho (D) em conversa informal com os senadores, quando lamentou a demora na aprovação dos projetos

14 NOV 1992

CORREIO BRASILEIRO

Congresso garante votar prioridades até janeiro

Os projetos mais importantes em tramitação no Congresso Nacional serão votados até 31 de janeiro, mês em que os parlamentares serão convocados extraordinariamente, segundo garantiu ontem o presidente do Senado e do Congresso, Mauro Benevides (PMDB-CE), respondendo ao senador Albano Franco (PRN-SE), que se manifestou preocupado com a demora na votação de matérias como as que tratam da modernização dos portos, da concessão dos serviços públicos, dos direitos da propriedade intelectual, da moralidade das licitações e da limitação de gastos com pessoal na administração pública.

Benevides ressaltou que está atento a esta questão, tendo inclusive realizado reuniões com as lideranças partidárias para que se apresse a votação de matérias. Ele disse que realizou um esforço extraordinário para que o Ministério do Planejamento entregasse as emendas ao Orçamento da União para o ano que vem, a principal matéria do ano legislativo. As emendas chegaram antenem ao Congresso.

Em discurso enérgico, o senador Albano Franco, que é também presidente da Confederação Nacional da Indústria, afirmou que a crise brasileira exige imediata ação parlamentar para que se

aprovem reformas estruturais indispensáveis à volta do crescimento econômico.

Quem tem medo das reformas estruturais, quem está impedindo sua tramitação?, questionou Albano Franco, provocando debate que envolveu os senadores Jarbas Passarinho (PDS-PA), Gerson Camata (PDC-ES), Elcio Álvares (PFL-ES) e Almir Gabriel (PSDB-PA).

Albano Franco manifestou preocupação com a "paralisação" do Congresso em relação à tramitação de projetos que considera essenciais para o País, como a desregulamentação do sistema portuário, as licitações, a concessão dos serviços públicos, e o ajuste fiscal. O senador lamentou que a busca da governabilidade tenha sido reduzida ao afastamento do presidente Fernando Collor.

O senador defende uma ampla e profunda reforma fiscal, rejeitando a idéia de se aprovar apenas uma reforma tributária, a fim de arrecadar mais impostos. Na sua avaliação, "não se pode considerar ajuste fiscal uma reforma que procura mais receita para pagar adicional de gastos", citando a isonomia salarial dos servidores públicos e o reajuste de 147 por cento aos aposentados.

Ao lembrar que Collor foi afastado por sua conduta e não por

suas idéias, Albano Franco estranhou o "desinteresse parlamentar" pelos projetos que, segundo ele, significam reformas estruturais. O senador pediu ao presidente do Senado, Mauro Benevides, que apure por que os projetos estão parados.

Jarbas Passarinho também se mostrou inconformado com a demora na votação de projetos que considera essenciais ao processo de modernização do País, enquanto Gerson Camata defendeu a união de todas as forças político-partidárias para resolver os problemas estruturais, pois entende que a crise tem origem econômica e não adianta fazerem-se remendos.

Para o senador Elcio Álvares, Albano Franco retratou uma preocupação comum a todos os parlamentares e o Governo Federal deve ser mais incisivo em suas propostas para resolver os problemas nacionais. Já Almir Gabriel lamentou que o mesmo país que consegue julgar um presidente da República ainda presente "arrastões" e massacres como o ocorrido na Casa de Detenção de São Paulo, mas manifestou esperança de que o governo Itamar Franco use a boa vontade do Congresso e das lideranças para oferecer ao Brasil uma nova perspectiva.